

**CONCURSO – EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2026**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA MENDES - PI**  
**JULGAMENTO DE RECURSOS DO GABARITO**

**CARGO: PROFESSOR DE 1º AO 5º ANO/ PROF. DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**RECORRENTE: 200435 e Outros**

**QUESTÃO 04**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

No trecho "Tal mosaico provê...", a palavra "tal" está recuperando uma ideia dita anteriormente (função anafórica), equivalendo a "Esse mosaico".

- Morfologia: É um pronome demonstrativo (especificamente um pronome adjetivo, pois acompanha um substantivo).
- Sintaxe: Todo pronome adjetivo que acompanha e determina um substantivo exerce, obrigatoriamente, a função sintática de adjunto adnominal.

O argumento sobre "Determinante": Embora a linguística moderna utilize o termo "determinante", na NGB, não existe a classe dos "determinantes"; "tal" é classificado como pronome demonstrativo. A escolha da Alternativa C, Advérbio de intensidade e adjunto adverbial, essa classificação é inadmissível no contexto, pois advérbios modificam verbos, adjetivos ou outros advérbios. Como "tal" está modificando "mosaico" (um substantivo), ele jamais poderia ser um advérbio. O argumento sobre o "Sujeito Simples": A alternativa A explicita que a palavra "tal" é um adjunto adnominal (o que compõe o sujeito, modificando o seu núcleo "mosaico"). A alternativa que dizia "sujeito simples" era a B, que está incorreta. Portanto, a alternativa A individualizou perfeitamente a função da palavra isolada dentro do sintagma. Portanto, a questão é considerada "clássica" e sem ambiguidades no padrão de provas de Língua Portuguesa. A formulação possui uma única resposta objetiva e correta, que é a alternativa A.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 05**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

O recorrente alega que há debate acadêmico sobre a função sintática de "cujo", mas cita autores (Bechara, Cunha & Cintra, Rocha Lima) que concordam integralmente com o gabarito (Alternativa B). O pronome "cujo" possui natureza adjetiva e concorda em gênero e número com o termo subsequente ("matizes"), indicando posse em relação ao antecedente ("guarás"). Na estrutura "cujos matizes escarlates contrastam", o termo "cujos" determina diretamente o substantivo "matizes", o que configura, por definição unânime da gramática tradicional, um adjunto adnominal. Nenhuma das gramáticas normativas citadas classifica "cujo", nessa posição, de outra forma. A alternativa D está indiscutivelmente incorreta: "cujo" nunca é pronome demonstrativo, e no trecho ele não integra o sentido de nenhum nome (não é complemento nominal).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 06****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O enunciado é explícito ao pedir a função sintática da palavra destacada (no singular), e não do sintagma ou da expressão inteira. Na estrutura interna do sintagma, a palavra "ribeirinhas" é um adjetivo que se liga diretamente ao substantivo "comunidades", limitando-lhe o sentido. Na análise sintática interna, todo adjetivo que caracteriza um substantivo dentro de um termo funciona estritamente como adjunto adnominal. O fato de o termo maior ser um Complemento Nominal não anula a função sintática própria da palavra isolada. Desta forma, não há ambiguidade nem falta de delimitação. Resumindo: independentemente de a palavra destacada ser "vital" ou "ribeirinhas", ambas são adjetivos exercendo papel de modificadores diretos de seus respectivos substantivos ("polo" e "comunidades"), o que configura perfeitamente a função de Adjunto Adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 07****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 08****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O comando final da questão é explícito e abrangente: "Assinale a alternativa correta quanto às regras de concordância". Ele não limitou as alternativas apenas à concordância verbal. A alternativa B é a única absolutamente correta e sem desvios gramaticais. As outras três possuem erros crassos e consagrados de concordância (verbos impessoais no plural e falta de flexão de gênero). Não há ambiguidade ou dupla interpretação

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: O verbo fazer, quando indica tempo decorrido, é impessoal (não tem sujeito). Assim, deve obrigatoriamente permanecer na 3ª pessoa do singular.

O correto seria: Fazia muitos anos...



Correta: O sujeito da oração está posposto: "as análises sobre o crescimento na carreira". O verbo "seguem" concorda perfeitamente em número com o sujeito (plural). O adjetivo "anexas" funciona como predicativo do sujeito e varia para concordar em gênero e número com "as análises" (feminino plural).

Incorreta: O verbo haver, no sentido de existir, também é impessoal. Deve permanecer rigidamente no singular.

O correto seria: Havia muitos profissionais...

d) Incorreta. A expressão "é proibido/é necessário/é bom" só fica invariável (no masculino) se o substantivo estiver em sentido geral, sem artigo. Como há o artigo definido "a" antes de obsolescência, a concordância nominal é obrigatória.

O correto seria: É proibida a obsolescência...

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 09

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

A questão é perfeitamente válida, não apresenta ambiguidade e possui uma única resposta correta de acordo com a norma-padrão.

Alternativas da questão:

a) Incorreta. "Se desenvolve habilidades..."

A norma-padrão proíbe iniciar frases com pronome oblíquo átono. Além disso, há um erro de concordância: se o "se" for partícula apassivadora, o verbo deveria estar no plural ("Desenvolvem-se habilidades").

b) Incorreta. "...não adaptou-se sozinho."

A palavra negativa "não" é um caso clássico de atração obrigatória, exigindo a próclise ("...não se adaptou sozinho").

c) Incorreta. "...os profissionais que qualificaram-se acham vagas."

O "que" funciona como pronome relativo e é um termo atrativo obrigatório, exigindo o uso da próclise ("...que se qualificaram"). Nota: O terceiro recurso transcreveu erroneamente esta alternativa como se ela já estivesse corrigida, o que invalida seu argumento.

d) Correta. "Empresas e indivíduos compartilham a responsabilidade, apoiando-se."

O pronome está posposto a um verbo no **gerúndio** (sem a preposição "em"). A ênclise é a colocação perfeitamente correta e padrão para essa estrutura sintática.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**RECURSO: 039738**

### QUESTÃO 09

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

A alternativa divulgada como correta no Gabarito Parcial já é a letra "D" e não a letra "C" como o recorrente.



**QUESTÃO 10**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O texto real da alternativa "D" constante na prova é: "Os trabalhadores esqueceram-se de atualizar suas competências técnicas."

Segundo a norma-padrão, o verbo esquecer, quando conjugado em sua forma pronominal (esquecer-se), exige obrigatoriamente a preposição "de". Portanto, a estrutura real da alternativa "D" encontra-se perfeitamente correta. Não há duplicidade de gabarito.

A argumentação de que o comando da questão falha por não especificar o critério linguístico adotado, citando a aceitabilidade da próclise inicial no registro coloquial brasileiro não prospera, uma vez que os concursos públicos avaliam, por premissa editalícia implícita e explícita, o domínio da norma-padrão formal da Língua Portuguesa. A construção presente na alternativa "B" ("Me parece que...") inicia o período diretamente com um pronome oblíquo átono, o que é terminantemente vedado pela gramática normativa tradicional (exigindo-se a ênclise: "Parece-me"). O termo "erro gramatical", no contexto do certame, refere-se estritamente ao desvio em relação ao registro culto e formal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 13**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A alternativa D é a correta. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) estabelece uma distinção importante entre níveis/etapas de ensino e modalidades da educação. A Educação Especial não constitui um nível independente; trata-se de uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e pode estar presente em diferentes etapas e níveis educacionais.

Alternativas da questão:

- a) A Educação Especial constitui um nível de ensino independente, ofertado exclusivamente em instituições especializadas. (Incorreta.)

A Educação Especial não constitui um nível de ensino independente. O art. 58 da LDB define expressamente a Educação Especial como "modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino". Além disso, a legislação não estabelece que sua oferta ocorra exclusivamente em instituições especializadas.

- b) A Educação de Jovens e Adultos substitui o Ensino Fundamental e o Ensino Médio para estudantes maiores de dezoito anos. (Incorreta.)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não substitui o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. Ela é uma modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nesses níveis na idade própria. Portanto, a EJA possibilita a conclusão da Educação Básica, mas não constitui um nível substitutivo.

- c) A Educação Profissional e Tecnológica restringe-se à Educação Superior, não podendo integrar a Educação Básica (Incorreta.)

A Educação Profissional e Tecnológica não se restringe à Educação Superior. A LDB estabelece que ela se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Dessa forma, pode articular-se inclusive à Educação Básica.

- d) A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e pode perpassar os diferentes níveis e etapas da educação. (Correta.)

A alternativa está de acordo com o art. 58 da LDB, segundo o qual:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino [...]”.

A Educação Especial, portanto, não é um nível de ensino, mas uma modalidade que pode acompanhar a trajetória educacional do estudante em diferentes etapas e níveis, assegurando recursos, serviços e condições adequadas às suas necessidades educacionais.

Fundamentação legal: A resposta encontra respaldo especialmente nos seguintes dispositivos da Lei nº 9.394/1996:

- Art. 4º, III: estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.
- Art. 58: define a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
- Art. 37: caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria.
- Art. 39: estabelece a abrangência da Educação Profissional e Tecnológica, vinculando-a aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

#### Referência:

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 20

### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

A alternativa “A” é a correta. A questão está fundamentada no princípio da proteção integral, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente por sua relação com direitos, cidadania e proteção de crianças e adolescentes.

Alternativas da questão:

- a) A criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos, devendo a interpretação e a aplicação das normas do ECA observar o princípio da proteção integral e o interesse superior da criança e do adolescente. (correta)

Essa alternativa está de acordo diretamente com o ECA (Lei nº 8.069/1990).

O art. 1º estabelece que o Estatuto dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O art. 3º reconhece que crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando condições para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Além disso, o art. 100, parágrafo único, reforça expressamente três elementos presentes na alternativa:

- Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- Proteção integral e prioritária;
- Interesse superior da criança e do adolescente.

Desta forma, a alternativa “A” não apenas está conceitualmente correta, mas reúne princípios expressamente previstos no ECA.

- b) A responsabilidade pela proteção da criança e do adolescente é exclusiva da família, cabendo ao Estado atuar apenas em situações excepcionais. (Incorreta).



A alternativa afirma que a proteção seria exclusivamente responsabilidade da família. Isso contraria diretamente o art. 4º do ECA, segundo o qual é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, o ECA estabelece a responsabilidade primária e solidária do Poder Público pela efetivação desses direitos.

Erro central da alternativa: restringe uma responsabilidade que, legalmente, é compartilhada entre diferentes atores sociais e institucionais.

c) A aplicação das medidas de proteção deve priorizar a punição dos responsáveis pela violação dos direitos da criança, independentemente da preservação dos vínculos familiares. (Incorreta).

Essa afirmação não corresponde à lógica das medidas de proteção previstas no ECA. O art. 100 determina que, na aplicação dessas medidas, devem ser consideradas as necessidades pedagógicas, dando-se preferência àquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Isso não significa ausência de responsabilização quando cabível. Significa que a medida de proteção tem finalidade prioritariamente protetiva e deve considerar o desenvolvimento e os direitos da criança ou do adolescente.

Erro central da alternativa: transforma a proteção em uma lógica predominantemente punitiva e desconsidera a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

d) O ECA estabelece que crianças e adolescentes possuem direitos fundamentais apenas quando for comprovada a situação de vulnerabilidade social. (Incorreta)

O ECA não condiciona a existência dos direitos fundamentais à comprovação de vulnerabilidade social.

O art. 3º afirma que a criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Além disso, seu parágrafo único estabelece que os direitos previstos no Estatuto são aplicáveis a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, inclusive quanto à condição econômica, ambiente social, região ou local de moradia.

Portanto, a proteção integral possui caráter universal e não depende da demonstração prévia de vulnerabilidade.

Ademais, para a formação de professores, esse entendimento é particularmente importante porque o ECA reconhece direitos relacionados também à educação, ao esporte, ao lazer, à saúde, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, estabelecendo que sua efetivação deve ocorrer com absoluta prioridade.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Especialmente arts. 1º, 3º, 4º e 100.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia de orientações sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.** Brasília.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



(86) 3222-0817  
☎(86) 9569-3443



www.funvapi.com.br  
e-mail: www.funvapi.com.br



Rua Espírito Santo, 533, Acarape,  
Teresina/PI, CEP: 64003-750

**QUESTÃO 22**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O recorrente alega a existência de dupla resposta e sustenta que a alternativa A estaria em conformidade com o pensamento de Luciana Esmeralda Ostetto. Contudo, a argumentação é improcedente. A alternativa A propõe a organização do planejamento para "*assegurar a homogeneidade das aprendizagens e o controle preditivo da cognição infantil*". A obra de Ostetto, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), combate o modelo adultocêntrico e instrucionista, rejeitando categoricamente a busca por homogeneização ou controle preditivo na infância. A autora preconiza que a ação educativa deve acolher a heterogeneidade e as diferentes linguagens das crianças. A alternativa B traduz com fidelidade a essência da obra referenciada.

**Referências:**

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2010.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. *Encontros e encantamentos na Educação Infantil*. Campinas: Papirus, 2000.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 24**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

Na alternativa D, o próprio recorrente admite o uso de termos de caráter absoluto na assertiva ("*principal obstáculo*" e "*impede o avanço*"). Na teoria de Moran, a tecnologia aplicada à gestão é instrumento de apoio, mas jamais é erigida à condição de principal obstáculo para a inovação pedagógica, cujo eixo central reside na mudança de metodologias e na mediação docente.

Na alternativa C, a expressão "*educadores maduros intelectual e emocionalmente*" reproduz citação literal e consagrada do próprio autor (MORAN, 2013, p. 34-35), não havendo qualquer subjetivismo da banca, mas sim cobrança da teoria oficial da prova.

**Referências:**

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica*. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 25**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O recurso aponta erro material na indicação do ano da Constituição Federal. Ocorre que o pequeno lapso gráfico na indicação do ano não possui o condão de anular o item, visto que a citação do dispositivo (*Artigo 214*) e a literalidade de seu texto foram reproduzidas com absoluta fidelidade ao texto constitucional vigente. Pela jurisprudência pátria aplicável aos concursos públicos (*Pas de Nullité Sans Grief*), a anulação de questão só se justifica quando a falha for capaz de induzir o candidato a erro.



Sendo o Plano Nacional de Educação (PNE) sabidamente de duração decenal (*caput* do Art. 214 da CF/88), a alternativa D permanece como a única resposta correta.

**Referências:**

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Art. 214 (Redação pela EC nº 59/2009).

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014* (Aprova o PNE).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 27****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O recorrente alega que o trecho "*tendo seu início na Educação Infantil e estendendo-se ao longo da vida*" não constaria no *caput* do Art. 58 da LDB. Ocorre que a análise recursal omitiu a leitura do § 3º do Art. 58 da LDB (incluído pela Lei nº 13.632/2018), que expressa exatamente: "*A oferta de educação especial tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida*". Assim, a primeira assertiva é indiscutivelmente verdadeira (V). A terceira afirmativa combinou propositamente elementos dos incisos II e IV do Art. 59 para compor uma assertiva Falsa (F). A sequência V – V – F – F (Alternativa A) é irrefutável.

**Referências:**

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)*, Arts. 58, 59 e 59-A (com as alterações das Leis nº 12.796/2013, 13.234/2015 e 13.632/2018).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 31****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O recorrente alega a ausência de alternativa correspondente à correlação das colunas. Todavia, a conferência detalhada entre as 10 Competências Gerais da BNCC (Coluna 1) e suas descrições aplicadas (Coluna 2) produz rigorosamente a ordem **5 – 8 – 1 – 9 – 2 – 4 – 10 – 3 – 6 – 7**, a qual está contemplada de forma exata e unívoca na **Alternativa C**. O emprego da expressão "curiosidade pedagógica" no item da competência 2 tratou-se de adaptação conceitual ao contexto prático dos Anos Iniciais, conforme expressamente anunciado no comando do item, não desconstruindo a associação correta do gabarito.

**Referências:**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 32**  
**RECURSO PROCEDENTE**  
**QUESTÃO NULA**  
**JUSTIFICATIVA**

A quarta assertiva da questão afirmou que a LDB prevê "*expressamente em seu rol de princípios*" o direito à transparência sobre a "*execução orçamentária dos estabelecimentos de ensino*". A inclusão do advérbio "expressamente", em confronto com a redação literal do Art. 3º, XV da LDB (incluído pela Lei nº 15.001/2024, que menciona estritamente "*gestão da educação*"), gerou uma dubiedade hermenêutica: sob a ótica da literalidade estrita, a afirmativa torna-se Falsa (F), o que exigiria a sequência V – V – V – F, opção está inexistente nas alternativas A, B, C e D da prova. Diante da ausência de alternativa escoreita para essa interpretação cabível, imperiosa é a anulação do item por vício de formulação.

**Referências:**

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 3º, incisos II, III, V, XI e XV; Art. 14-A.

BRASIL. Lei nº 15.001, de 16 de outubro de 2024.

**QUESTÃO 34**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O enunciado delimitou expressamente o requisito de uma intervenção na "perspectiva construtivista de alfabetização" para alunos na hipótese pré-silábica. A alternativa A propõe o trabalho com "*famílias silábicas*", "*caligrafia repetitiva*" e traz a "*junção fonêmica como pré-requisito cognitivo*", o que descreve o método sintético tradicional/mecanicista, oposto ao construtivismo. Na teoria de Emília Ferreiro, a criança pré-silábica necessita desestabilizar o realismo nominal através da mediação com textos de memória (parlendas/cantigas) e listas estáveis (como o próprio nome), exatamente conforme proposto no gabarito oficial (Alternativa C).

**Referências:**

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOARES, Magda. **Alfabetização: a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 35**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O plano de ensino analisado na questão propôs no item 1 o foco em "*heróis e memorização de datas*" e no item 3 a abordagem da história do Brasil "*exclusivamente a partir dos fatos ocorridos na Europa*". Ambas as propostas contrariam os Arts. 26, § 4º e 26-A da LDB, os quais tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena e determinam que o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes matrizes étnicas. A autonomia pedagógica da escola não autoriza o descumprimento de mandamentos legais cogentes. Logo, apenas as propostas contidas nos itens 2 e 4 atendem à LDB, confirmando a Alternativa B.

**Referências:**

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 (LDB), Art. 26, caput, § 1º e § 4º; Art. 26-A (Redação pela Lei nº 11.645/2008).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 37**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A despeito das insurgências recursais, o texto de apoio de Tizuko Morchida Kishimoto e a citação dos Artigos 9º a 12 das DCNEI oferecem perfeita sustentação ao item. Tratando-se de questão objetiva de múltipla escolha com quatro alternativas propositivas, a identificação da resposta correta dá-se pelo reconhecimento da única assertiva em conformidade com o arcabouço pedagógico da Educação Infantil. As alternativas A, C e D trazem distratores conceituais evidentes (negação da mediação docente, visão assistencialista/funcional do cuidado e concepção biologista/preparatória do desenvolvimento). A Alternativa B é a única afirmativa verdadeira, mantendo-se o gabarito.

**Referências:**

BRASIL. MEC/SEB. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC, 2010.  
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Brinquedos e Brincadeiras na Educação Infantil*. Belo Horizonte: MEC/SEB, 2010.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 40**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A indicação das faixas etárias de referência na Coluna 1 constitui recurso descritivo padrão na literatura da Epistemologia Genética para delimitar os estágios piagetianos. Ademais, na teoria de Piaget, a função simbólica ou semiótica (linguagem representativa, jogo de faz de conta e desenho) acompanhada pelo egocentrismo e irreversibilidade é a marca estrutural definidora do Estágio Pré-Operatório (2). O mapeamento direto entre as colunas resulta rigorosamente na sequência 2 – 1 – 4 – 3, perfeitamente acolhida na Alternativa A.

**Referências:**

PIAGET, Jean. *A formação do símbolo na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.  
PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – CIÊNCIAS****RECORRENTE: 200045 e Outros****QUESTÃO 07**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).



Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## **CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – HISTÓRIA**

**RECORRENTE: 200664 e Outros**

### **QUESTÃO 04**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

No trecho "Tal mosaico provê...", a palavra "tal" está recuperando uma ideia dita anteriormente (função anafórica), equivalendo a "Esse mosaico".

- Morfologia: É um pronome demonstrativo (especificamente um pronome adjetivo, pois acompanha um substantivo).
- Sintaxe: Todo pronome adjetivo que acompanha e determina um substantivo exerce, obrigatoriamente, a função sintática de adjunto adnominal.

O argumento sobre "Determinante": Embora a linguística moderna utilize o termo "determinante", na NGB, não existe a classe dos "determinantes"; "tal" é classificado como pronome demonstrativo. A escolha da Alternativa C, Advérbio de intensidade e adjunto adverbial, essa classificação é inadmissível no contexto, pois advérbios modificam verbos, adjetivos ou outros advérbios. Como "tal" está modificando "mosaico" (um substantivo), ele jamais poderia ser um advérbio. O argumento sobre o "Sujeito Simples": A alternativa A explicita que a palavra "tal" é um adjunto adnominal (o que compõe o sujeito, modificando o seu núcleo "mosaico"). A alternativa que dizia "sujeito simples" era a B, que está incorreta. Portanto, a alternativa A individualizou perfeitamente a função da palavra isolada dentro do sintagma. Portanto, a questão é considerada "clássica" e sem ambiguidades no padrão de provas de Língua Portuguesa. A formulação possui uma única resposta objetiva e correta, que é a alternativa A.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### **QUESTÃO 06**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O enunciado é explícito ao pedir a função sintática da palavra destacada (no singular), e não do sintagma ou da expressão inteira. Na estrutura interna do sintagma, a palavra "ribeirinhas" é um adjetivo que se liga diretamente ao substantivo "comunidades", limitando-lhe o sentido. Na análise sintática interna, todo adjetivo que caracteriza um substantivo dentro de um termo funciona estritamente como adjunto adnominal. O fato de o termo maior ser um Complemento Nominal não anula a função sintática própria da palavra isolada. Desta forma, não há ambiguidade nem falta de delimitação.



Resumindo: independentemente de a palavra destacada ser "*vital*" ou "*ribeirinhas*", ambas são adjetivos exercendo papel de modificadores diretos de seus respectivos substantivos ("*polo*" e "*comunidades*"), o que configura perfeitamente a função de Adjunto Adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 07

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 08

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O comando final da questão é explícito e abrangente: "Assinale a alternativa correta quanto às regras de concordância". Ele não limitou as alternativas apenas à concordância verbal. A alternativa B é a única absolutamente correta e sem desvios gramaticais. As outras três possuem erros crassos e consagrados de concordância (verbos impessoais no plural e falta de flexão de gênero). Não há ambiguidade ou dupla interpretação.

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: O verbo fazer, quando indica tempo decorrido, é impessoal (não tem sujeito). Assim, deve obrigatoriamente permanecer na 3ª pessoa do singular.  
O correto seria: Fazia muitos anos...
- b) Correta: O sujeito da oração está posposto: "as análises sobre o crescimento na carreira". O verbo "seguem" concorda perfeitamente em número com o sujeito (plural). O adjetivo "anexas" funciona como predicativo do sujeito e varia para concordar em gênero e número com "as análises" (feminino plural).
- c) Incorreta: O verbo haver, no sentido de existir, também é impessoal. Deve permanecer rigidamente no singular.  
O correto seria: Havia muitos profissionais...
- d) Incorreta. A expressão "é proibido/é necessário/é bom" só fica invariável (no masculino) se o substantivo estiver em sentido geral, sem artigo. Como há o artigo definido "a" antes de obsolescência, a concordância nominal é obrigatória.  
O correto seria: É proibida a obsolescência...

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 09**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A questão é perfeitamente válida, não apresenta ambiguidade e possui uma única resposta correta de acordo com a norma-padrão.

Alternativas da questão:

a) Incorreta. “Se desenvolve habilidades...”

A norma-padrão proíbe iniciar frases com pronome oblíquo átono. Além disso, há um erro de concordância: se o “se” for partícula apassivadora, o verbo deveria estar no plural (“Desenvolvem-se habilidades”).

b) Incorreta. “...não adaptou-se sozinho.”

A palavra negativa “não” é um caso clássico de atração obrigatória, exigindo a próclise (“...não se adaptou sozinho”).

c) Incorreta. “...os profissionais que qualificaram-se acham vagas.”

O “que” funciona como pronome relativo e é um termo atrativo obrigatório, exigindo o uso da próclise (“...que se qualificaram”). Nota: O terceiro recurso transcreveu erroneamente esta alternativa como se ela já estivesse corrigida, o que invalida seu argumento.

d) Correta. “Empresas e indivíduos compartilham a responsabilidade, apoiando-se.”

O pronome está posposto a um verbo no **gerúndio** (sem a preposição “em”). A ênclise é a colocação perfeitamente correta e padrão para essa estrutura sintática.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – EDUCAÇÃO FÍSICA****RECORRENTE: 200680 e Outros****QUESTÃO 06**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O enunciado é explícito ao pedir a função sintática da palavra destacada (no singular), e não do sintagma ou da expressão inteira. Na estrutura interna do sintagma, a palavra “ribeirinhas” é um adjetivo que se liga diretamente ao substantivo “comunidades”, limitando-lhe o sentido. Na análise sintática interna, todo adjetivo que caracteriza um substantivo dentro de um termo funciona estritamente como adjunto adnominal. O fato de o termo maior ser um Complemento Nominal não anula a função sintática própria da palavra isolada. Desta forma, não há ambiguidade nem falta de delimitação. Resumindo: independentemente de a palavra destacada ser “vital” ou “ribeirinhas”, ambas são adjetivos exercendo papel de modificadores diretos de seus respectivos substantivos (“polo” e “comunidades”), o que configura perfeitamente a função de Adjunto Adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 07****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 08****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O comando final da questão é explícito e abrangente: "Assinale a alternativa correta quanto às regras de concordância". Ele não limitou as alternativas apenas à concordância verbal. A alternativa B é a única absolutamente correta e sem desvios gramaticais. As outras três possuem erros crassos e consagrados de concordância (verbos impessoais no plural e falta de flexão de gênero). Não há ambiguidade ou dupla interpretação.

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: O verbo fazer, quando indica tempo decorrido, é impessoal (não tem sujeito). Assim, deve obrigatoriamente permanecer na 3ª pessoa do singular.  
O correto seria: Fazia muitos anos...
- b) Correta: O sujeito da oração está posposto: "as análises sobre o crescimento na carreira". O verbo "seguem" concorda perfeitamente em número com o sujeito (plural). O adjetivo "anexas" funciona como predicativo do sujeito e varia para concordar em gênero e número com "as análises" (feminino plural).
- c) Incorreta: O verbo haver, no sentido de existir, também é impessoal. Deve permanecer rigidamente no singular.  
O correto seria: Havia muitos profissionais...
- d) Incorreta. A expressão "é proibido/é necessário/é bom" só fica invariável (no masculino) se o substantivo estiver em sentido geral, sem artigo. Como há o artigo definido "a" antes de obsolescência, a concordância nominal é obrigatória.  
O correto seria: É proibida a obsolescência...

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 20**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A alternativa “A” é a correta. A questão está fundamentada no princípio da proteção integral, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente por sua relação com direitos, cidadania e proteção de crianças e adolescentes.

Alternativas da questão:

- a) A criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos, devendo a interpretação e a aplicação das normas do ECA observar o princípio da proteção integral e o interesse superior da criança e do adolescente. (correta)

Essa alternativa está de acordo diretamente com o ECA (Lei nº 8.069/1990).

O art. 1º estabelece que o Estatuto dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O art. 3º reconhece que crianças e adolescentes possuem todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando condições para seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social.

Além disso, o art. 100, parágrafo único, reforça expressamente três elementos presentes na alternativa:

- Condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- Proteção integral e prioritária;
- Interesse superior da criança e do adolescente.

Desta forma, a alternativa “A” não apenas está conceitualmente correta, mas reúne princípios expressamente previstos no ECA.

- b) A responsabilidade pela proteção da criança e do adolescente é exclusiva da família, cabendo ao Estado atuar apenas em situações excepcionais. (Incorreta).

A alternativa afirma que a proteção seria exclusivamente responsabilidade da família. Isso contraria diretamente o art. 4º do ECA, segundo o qual é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Além disso, o ECA estabelece a responsabilidade primária e solidária do Poder Público pela efetivação desses direitos.

Erro central da alternativa: restringe uma responsabilidade que, legalmente, é compartilhada entre diferentes atores sociais e institucionais.

- c) A aplicação das medidas de proteção deve priorizar a punição dos responsáveis pela violação dos direitos da criança, independentemente da preservação dos vínculos familiares. (Incorreta).

Essa afirmação não corresponde à lógica das medidas de proteção previstas no ECA. O art. 100 determina que, na aplicação dessas medidas, devem ser consideradas as necessidades pedagógicas, dando-se preferência àquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Isso não significa ausência de responsabilização quando cabível. Significa que a medida de proteção tem finalidade prioritariamente protetiva e deve considerar o desenvolvimento e os direitos da criança ou do adolescente.

Erro central da alternativa: transforma a proteção em uma lógica predominantemente punitiva e desconsidera a preservação e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.



d) O ECA estabelece que crianças e adolescentes possuem direitos fundamentais apenas quando for comprovada a situação de vulnerabilidade social. (Incorreta)

O ECA não condiciona a existência dos direitos fundamentais à comprovação de vulnerabilidade social. O art. 3º afirma que a criança e o adolescente gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Além disso, seu parágrafo único estabelece que os direitos previstos no Estatuto são aplicáveis a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, inclusive quanto à condição econômica, ambiente social, região ou local de moradia.

Portanto, a proteção integral possui caráter universal e não depende da demonstração prévia de vulnerabilidade.

Ademais, para a formação de professores, esse entendimento é particularmente importante porque o ECA reconhece direitos relacionados também à educação, ao esporte, ao lazer, à saúde, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, estabelecendo que sua efetivação deve ocorrer com absoluta prioridade.

### Referências

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Especialmente arts. 1º, 3º, 4º e 100.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.** Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia de orientações sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.** Brasília.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 30

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

Na perspectiva da Saúde Renovada, a Educação Física escolar passa a atribuir maior relevância à relação entre atividade física, aptidão física e saúde, buscando superar uma concepção tradicional centrada exclusivamente no rendimento esportivo. Nessa abordagem, a escola pode contribuir para que o aluno compreenda os benefícios da prática regular de atividades físicas e desenvolva conhecimentos que favoreçam a adoção de hábitos fisicamente ativos ao longo da vida.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Assim, a alternativa “A” está adequada ao afirmar que essa perspectiva valoriza hábitos fisicamente ativos, conhecimentos sobre exercício e saúde, autonomia e participação, sem limitar a Educação Física à simples mensuração de indicadores como força, resistência ou composição corporal.

Em síntese, a alternativa A é correta porque articula três elementos importantes:

1. Atividade física e saúde: estabelece relação entre a prática corporal e a promoção da saúde.
2. Conhecimento e autonomia: busca fazer com que o aluno compreenda os benefícios da atividade física e tenha condições de realizar escolhas mais conscientes.
3. Participação de todos: não reduz a Educação Física escolar ao desempenho dos alunos considerados mais aptos fisicamente.



**Referências**

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DARIDO, Suraya Cristina. **Educação Física escolar: o conteúdo e suas dimensões**. São Paulo: Editora UNESP, em diferentes textos e estudos da autora sobre abordagens pedagógicas da Educação Física escolar.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – GEOGRAFIA****RECORRENTE: 201666 e Outros****QUESTÃO 07****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – MATEMÁTICA****RECORRENTE: 201196 e Outros****QUESTÃO 07****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".



c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 13

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

A alternativa D é a correta. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) estabelece uma distinção importante entre níveis/etapas de ensino e modalidades da educação. A Educação Especial não constitui um nível independente; trata-se de uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e pode estar presente em diferentes etapas e níveis educacionais.

Alternativas da questão:

- a) A Educação Especial constitui um nível de ensino independente, ofertado exclusivamente em instituições especializadas. (Incorreta.)

A Educação Especial não constitui um nível de ensino independente. O art. 58 da LDB define expressamente a Educação Especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino”. Além disso, a legislação não estabelece que sua oferta ocorra exclusivamente em instituições especializadas.

- A Educação de Jovens e Adultos substitui o Ensino Fundamental e o Ensino Médio para estudantes maiores de dezoito anos. (Incorreta.)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não substitui o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. Ela é uma modalidade destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nesses níveis na idade própria. Portanto, a EJA possibilita a conclusão da Educação Básica, mas não constitui um nível substitutivo.

- A Educação Profissional e Tecnológica restringe-se à Educação Superior, não podendo integrar a Educação Básica (Incorreta.)

A Educação Profissional e Tecnológica não se restringe à Educação Superior. A LDB estabelece que ela se integra aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Dessa forma, pode articular-se inclusive à Educação Básica.

- A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino e pode perpassar os diferentes níveis e etapas da educação. (Correta.)

A alternativa está de acordo com o art. 58 da LDB, segundo o qual:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino [...]”.

A Educação Especial, portanto, não é um nível de ensino, mas uma modalidade que pode acompanhar a trajetória educacional do estudante em diferentes etapas e níveis, assegurando recursos, serviços e condições adequadas às suas necessidades educacionais.

Fundamentação legal: A resposta encontra respaldo especialmente nos seguintes dispositivos da Lei nº 9.394/1996:



- Art. 4º, III: estabelece o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades.
- Art. 58: define a Educação Especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.
- Art. 37: caracteriza a Educação de Jovens e Adultos como destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos Fundamental e Médio na idade própria.
- Art. 39: estabelece a abrangência da Educação Profissional e Tecnológica, vinculando-a aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

#### Referência:

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

#### QUESTÃO 23

##### RECURSO PROCEDENTE

##### GABARITO RETIFICADO

##### ALTERNATIVA CORRETA “A”

##### JUSTIFICATIVA

Resolução: De fato o número 144624 fatorado corresponde a  $2^4 \times 3^1 \times 23^1 \times 131^1$ . Logo todos os divisores naturais desse número  $144624 = (4 + 1)(1 + 1)(1 + 1)(1 + 1) = 5 \times 2 \times 2 \times 2 = 40$ .

#### QUESTÃO 27

##### RECURSO IMPROCEDENTE

##### JUSTIFICATIVA

Resolução: O enunciado da questão 27 pergunta “Sabendo que um reservatório cilíndrico reto possui raio da base igual a 8 m e altura igual a 12 m. Deseja-se construir um segundo reservatório, também cilíndrico reto, com 30% a mais de volume que o primeiro. Entretanto, para reduzir os custos de fabricação, o raio do segundo reservatório será 15% menor que o raio do primeiro. Qual a altura aproximada que deverá ter o segundo reservatório? (Considere  $\pi = 3,14$ ).”

Inicialmente calcula-se o volume do cilindro de raio 8 e altura 12  $\Rightarrow V = (3,14) \times 8^2 \times 12 = 2411,52$ . Depois vejamos as dimensões do novo cilindro: volume 30% maior que o primeiro  $= 2411,52 + (30\% \text{ de } 2411,52) = 2411,52 + 723,45 = 3134,97$ . Raio desse novo cilindro 15% menor do raio do primeiro cilindro  $= 8 - (15\% \text{ de } 8) = 8 - 1,2 = 6,8$ . Agora calcula-se a altura do novo cilindro:  $V = Ab \times h = 3134,97 = (3,14) \times (6,8)^2 \times h \Rightarrow h = 3134,97 / 145,19 = 21,592189$ . Ou seja, altura é aproximadamente 21,60.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

#### QUESTÃO 28

##### RECURSO IMPROCEDENTE

##### JUSTIFICATIVA

Resolução: O enunciado da questão 28 pergunta “Sabendo que Rafael possui  $19^{1919}$  colaboradores que irá dividir igualmente para 4 setores diferentes de sua empresa. Quantos colaboradores Rafael precisa contratar para que não tenha sobras de colaboradores nessa divisão?”



$19 \bmod 4 = 3$ , e 3 elevados a uma potência ímpar (1919 é ímpar) sempre deixa resto 3 na divisão por 4 (já que  $3 \equiv -1 \bmod 4$ , e  $(-1)^{\text{ímpar}} = -1 \equiv 3$ ). Como sobram 3 colaboradores na divisão por 4, basta contratar **1** para completar o próximo múltiplo de 4 e a divisão fica exata.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## **CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – INGLÊS**

**RECORRENTE: 201027 e Outros**

### **QUESTÃO 07**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".

b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".

c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### **QUESTÃO 24**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

O emprego do Present Perfect em "*Social media has significantly changed the way teachers interact with students over the last decade*" é adequado ao contexto apresentado.

O emprego de has changed estabelece uma relação entre acontecimentos ocorridos em um período passado e seus efeitos ou resultados no presente, especialmente porque a frase trata de uma mudança na forma como os professores atualmente interagem com os estudantes.

A alegação de que a expressão "over the last decade" necessariamente corresponde a uma década calendárica encerrada, como 2010–2020, não procede. Em língua inglesa, a expressão "over the last decade" não obriga o Simple Past e é perfeitamente compatível com Present Perfect quando o enunciador enfatiza uma mudança ao longo de um período relacionado ao presente.

Essa interpretação é compatível com materiais de referência da Cambridge, que apresentam construções como "*This town has changed a lot over the last 20 years*", empregando o Present Perfect para expressar uma mudança ocorrida ao longo de um período que se relaciona ao presente.

Ressalta-se ainda que, caso a intenção fosse estabelecer inequivocamente um período histórico concluído, seria possível utilizar uma expressão temporal delimitada, como "during the 2010s", "between 2010 and 2020" ou "in 2019", situações nas quais o Simple Past seria esperado.



Assim, não há elemento linguístico suficiente para considerar a alternativa B incorreta ou para justificar a anulação da questão. A alternativa B é compatível com a função do *Present Perfect* e com o contexto semântico da frase.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## **CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – LÍNGUA PORTUGUESA**

**RECORRENTE: 200445 e Outros**

### **QUESTÃO 14**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

Na moderna ciência linguística, a análise das classes de palavras não se faz de forma isolada, mas sim contextualizada (morfossintaxe). O vocábulo "*como*" é uma palavra de transição clássica. A sua classificação como "preposição acidental" só é possível a partir do momento em que se analisa o seu papel sintático relacional dentro da oração — conectando o verbo "*consolidando-se*" diretamente a um termo consequente ("*um case de sucesso*"), sem a presença de estrutura oracional subordinada. Assim, a nomenclatura exigida envolve estritamente a função sintática de conectivo prepositivo que o termo assume acidentalmente no contexto. O trecho do texto afirma: "...consolidando-se como um case de sucesso..."

Ao contrário do que sustentam os recursos, o emprego da preposição acidental aqui carrega, sim, um matiz de conformidade. A consolidação do estado do Piauí não ocorre de forma aleatória ou isolada; ela se dá em conformidade com o modelo, o padrão ou o estatuto daquilo que o mercado e as políticas públicas convencionaram chamar de "um case de sucesso". A substituição sugerida pelos candidatos pôr "*na qualidade de*" apenas reforça a noção de adequação a um padrão preestabelecido. O mestre Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*) classifica o "*como*" e o "*conforme*" no mesmo rol de conectores que, ao perderem o valor primitivo, funcionam como preposições que atrelam termos sob uma ideia de adequação, correspondência ou conformidade. Não há valor comparativo (pois não há dois polos sendo balizados em igualdade) e não há valor causal (não é o motivo da consolidação). A relação é de perfeita consonância/conformidade com um modelo de êxito.

Enfim: A alternativa B é a única que reconhece adequadamente a natureza não oracional do conectivo (preposição acidental) e categoriza seu sentido de adequação/correspondência ao modelo de sucesso citado no texto.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### **QUESTÃO 15**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O argumento do recorrente é que o termo "no regime de colaboração" funciona como complemento nominal da palavra "centralizado". Isso é verdade. Porém, veja o que o comando da questão perguntou: "A oração reduzida de particípio 'centralizado no regime de colaboração' funciona sintaticamente como:" O enunciado pede a função sintática da oração inteira, e não de um termo interno dela. A oração inteira é "centralizada no regime de colaboração". Essa oração se refere ao substantivo "planejamento". Toda oração que se refere a um substantivo modificando-o é uma Oração Subordinada Adjetiva. Sintaticamente, toda oração subordinada adjetiva (restritiva ou explicativa) exerce a função de Adjunto Adnominal do termo antecedente. Ou seja, o candidato confundiu a análise externa (a função que a oração cumpre na frase principal) com a análise interna (a função dos termos dentro da própria oração reduzida).

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 18**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O argumento de que a expressão "função" invalida a alternativa "b" baseia-se em uma visão excessivamente estrita e isolada da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Na sintaxe do período composto, as conjunções integrantes exercem a função sintática essencial de conectivo oracional (ou nexos subordinativos). Elas não possuem função sintática interna (como os pronomes relativos), mas possuem uma função sintática relacional explicitamente reconhecida pela tradição gramatical. Evanildo Bechara, em sua "Moderna Gramática Portuguesa", leciona que as conjunções são unidades que funcionam como conectivos, estabelecendo relações sintático-semânticas entre orações. Portanto, exigir que o termo "função" se restrinja unicamente aos termos da oração (sujeito, objeto etc.) ignora a função relacional da conjunção integrante no período composto. Da ausência de ambiguidade no enunciado: o comando da questão solicita, de forma clara e explícita, o papel exercido pela

"palavra 'que'" e pela "expressão 'à alta performance acadêmica'".

O recorrente argumenta que a resposta deveria contemplar a função de "objeto direto". Ocorre que o objeto direto é a oração inteira ("que o estímulo... pode florescer") e não a palavra "que" isoladamente. Como o enunciado individualizou o vocábulo "que", seria um erro crasso e topologicamente impossível classificá-lo, individualmente, como objeto direto ou conjunção com função de objeto direto. Assim, diante da análise individualizada exigida pelo comando: a palavra "que" funciona como conjunção integrante (conectivo introdutor da oração substantiva). A expressão "à alta performance acadêmica" funciona como complemento nominal (do substantivo abstrato "estímulo").

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 20**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

Quando um termo preposicionado se liga a um substantivo abstrato (como "advento", que significa "surgimento" ou "chegada"), a gramática normativa (Cunha, Bechara, Rocha Lima) determina:

1. Se o termo tem valor paciente (sofre a ação), é complemento nominal.
2. Se o termo tem valor agente (pratica a ação ou é o sujeito do estado), é adjunto adnominal.

No trecho:

"O advento da tecnologia transformou...", pergunte-se: quem chega? Quem surge? A tecnologia.

A tecnologia não sofreu o "advento"; ela é o próprio elemento que surge, que chega. Ou seja, a tecnologia é o sujeito/agente da ação de surgir. Transpondo para uma estrutura verbal, temos: "A tecnologia adveio (surgiu/chegou)". Como o termo possui nítido valor ativo/agente, a classificação correta é adjunto adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 22**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O argumento tenta aproximar o trecho da expressão "ouvir com atenção" (que de fato significa ouvir atentamente, agindo como adjunto adverbial de modo). No entanto, no trecho da prova, a estrutura é completamente diferente: "...compete diretamente com a atenção..." O verbo competir aqui está sendo empregado na acepção de rivalizar, disputar ou concorrer. Quem compete, compete com alguém ou **com** alguma coisa. Portanto, o verbo é transitivo indireto, e a preposição com é uma exigência sintática (regência) do próprio verbo. O termo "com a atenção" é o alvo/objeto com o qual se compete, classificando-se obrigatoriamente como Objeto Indireto.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 23**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A classificação do termo "dos professores" como Complemento Nominal é categórica, precisa e inquestionável sob os critérios sintáticos vigentes. O termo regente na oração é o substantivo "formação", que possui duas características fundamentais: É um substantivo abstrato: designa uma ação/processo e não um ser concreto. É um nome deverbal: deriva diretamente do verbo transitivo direto formar ("alguém forma alguém"). Segundo a lição unânime de gramáticos como Evanildo Bechara e Celso Cunha, quando um substantivo abstrato derivado de verbo exige um termo preposicionado para integrar o seu sentido, a classificação sintática depende estritamente do papel (ativo ou passivo) que o termo preposicionado assume em relação à ação nominal. Para diferenciar o Adjunto Adnominal do Complemento Nominal junto a nomes que indicam ação, recorre-se à transposição da estrutura nominal para a sua correspondente voz verbal: Se o termo realiza a ação (agente), é adjunto adnominal. Se o termo recebe/sofre a ação (paciente), é complemento nominal. Na expressão "formação continuada dos professores", os professores são o alvo, o objeto, o paciente do ato de formar. A frase equivale semanticamente a: Os professores são formados continuamente. Promove-se a formação dos professores. Sendo "os professores" os receptores da ação expressa pelo substantivo "formação" (da mesma forma que em "a contratação dos professores" ou "a demissão dos professores"), o termo preposicionado atua obrigatoriamente como alvo da ação, o que configura, por definição legal da sintaxe, um Complemento Nominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 24**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O termo "passam" apresenta, sim, um dígrafo vocálico na sua última sílaba (pas-sam), com base nos seguintes fundamentos científicos e pedagógicos da Língua Portuguesa:

**1. A Definição Essencial de Dígrafo Vocálico**

Por definição gramatical, o dígrafo vocálico (ou fonograma vocálico) é a união de uma vogal com as consoantes M ou N na mesma sílaba, em que a consoante perde sua personalidade fonética de som consonantal e passa a funcionar puramente como um sinal diacrítico de nasalidade.



Na escrita de *passam*, o grupo *-am* representa graficamente um único fonema: a vogal nasal /ã/. Como o "m" não é pronunciado como consoante (você não diz o som de /m/ fechando os lábios no final), as duas letras (a + m) unem-se para emitir um único som vocálico, cumprindo rigorosamente o conceito estrito de dígrafo.

## 2. O Critério da Unidade Fonêmica Ortoépica

Embora correntes fonéticas mais profundas enxerguem um ditongo fonético na pronúncia casual, a Gramática Tradicional e Normativa (como as lições clássicas de Rocha Lima em *Diretrizes da Gramática Portuguesa*) valida que as terminações *am*, *em*, *im*, *om*, *um* são dígrafos vocálicos fixos na estrutura da língua escrita. Portanto, sob o critério da equivalência gráfica e da simplificação fonológica normatizada, é cientificamente correto e didaticamente legítimo afirmar que o termo apresenta um dígrafo vocálico.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 34

#### RECURSO PROCEDENTE

#### GABARITO RETIFICADO

#### ALTERNATIVA CORRETA "D"

#### JUSTIFICATIVA

O erro da alternativa A foi ter afirmado que existe apenas um ditongo crescente, porém a letra U na sílaba "quên" é pronunciada (fala-se *con-se-kuên-cia*). A realidade fonética (Alternativa D): Como o U é pronunciado, ele funciona como semivogal. Isso gera dois ditongos crescentes (semivogal + vogal): *uê* (em *quên*) *ia* (em *cia*). Resumo Matemático da Palavra "Consequência": Letras: 12. Dígrafos vocálicos (2): *on* (som de /õ/) e *en* (som de /ẽ/). Ditongos crescentes (2): *uê* e *ia*. Fonemas (10): /k/ - /õ/ - /s/ - /e/ - /k/ - /w/ - /ẽ/ - /s/ - /j/ - /a/.

### QUESTÃO 37

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O gabarito oficial dá como certa a alternativa C. Em momento algum foi divulgado como sendo a B. Observe:

O período é composto exclusivamente por orações coordenadas assindéticas, ou seja, orações que possuem autonomia sintática e são ligadas apenas pela pontuação (ponto e vírgula e vírgulas), sem o auxílio de conjunções:

1. O império ruiu por dentro; (Oração Coordenada Assindética)
2. faltou pão, (Oração Coordenada Assindética — com valor explicativo/conclusivo implícito)
3. faltaram líderes, (Oração Coordenada Assindética)
4. faltou visão estratégica. (Oração Coordenada Assindética)



As três últimas orações funcionam como uma enumeração de fatos que explicitam os motivos pelos quais o império ruiu, o que justifica perfeitamente o enunciado da letra C ("exercem função explicativa em relação à primeira").

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

#### **QUESTÃO 40**

#### **RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O enunciado afirma categoricamente que o espaço físico "funciona como projeção direta do estado mental da personagem". Se o espaço é uma projeção do estado mental da própria personagem, ele não pode possuir uma "vontade autônoma" (como afirma a alternativa D). Algo que é projetado pela mente de alguém depende inteiramente dessa mente; logo, não tem autonomia, nem consciência própria, nem natureza "sobrenatural". Trata-se, portanto, de uma extensão figurada — ou seja, uma metáfora espacializada (alternativa C). Portanto, A alternativa C sintetiza perfeitamente o comando da questão: o "quarto mofado" e a "rua chuvosa" são a materialização concreta (espacializada) da depressão e da angústia (estado mental) de quem os observa. A alternativa D introduz elementos (autonomia e sobrenatural) que violentam o conceito de "projeção" estabelecido no texto.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### **CARGO: PROFESSOR (6º AO 9º) ANO – EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**RECORRENTE: 200644 e Outros**

#### **QUESTÃO 06**

#### **RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O enunciado é explícito ao pedir a função sintática da palavra destacada (no singular), e não do sintagma ou da expressão inteira. Na estrutura interna do sintagma, a palavra "ribeirinhas" é um adjetivo que se liga diretamente ao substantivo "comunidades", limitando-lhe o sentido. Na análise sintática interna, todo adjetivo que caracteriza um substantivo dentro de um termo funciona estritamente como adjunto adnominal. O fato de o termo maior ser um Complemento Nominal não anula a função sintática própria da palavra isolada. Desta forma, não há ambiguidade nem falta de delimitação. Resumindo: independentemente de a palavra destacada ser "vital" ou "ribeirinhas", ambas são adjetivos exercendo papel de modificadores diretos de seus respectivos substantivos ("polo" e "comunidades"), o que configura perfeitamente a função de Adjunto Adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

#### **QUESTÃO 07**

#### **RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).



Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 08

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O comando final da questão é explícito e abrangente: "Assinale a alternativa correta quanto às regras de concordância". Ele não limitou as alternativas apenas à concordância verbal. A alternativa B é a única absolutamente correta e sem desvios gramaticais. As outras três possuem erros crassos e consagrados de concordância (verbos impessoais no plural e falta de flexão de gênero). Não há ambiguidade ou dupla interpretação.

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: O verbo fazer, quando indica tempo decorrido, é impessoal (não tem sujeito). Assim, deve obrigatoriamente permanecer na 3ª pessoa do singular.  
O correto seria: Fazia muitos anos...
- b) Correta: O sujeito da oração está posposto: "as análises sobre o crescimento na carreira". O verbo "seguem" concorda perfeitamente em número com o sujeito (plural). O adjetivo "anexas" funciona como predicativo do sujeito e varia para concordar em gênero e número com "as análises" (feminino plural).
- c) Incorreta: O verbo haver, no sentido de existir, também é impessoal. Deve permanecer rigidamente no singular.  
O correto seria: Havia muitos profissionais...
- d) Incorreta. A expressão "é proibido/é necessário/é bom" só fica invariável (no masculino) se o substantivo estiver em sentido geral, sem artigo. Como há o artigo definido "a" antes de obsolescência, a concordância nominal é obrigatória.  
O correto seria: É proibida a obsolescência...

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 09

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

A questão é perfeitamente válida, não apresenta ambiguidade e possui uma única resposta correta de acordo com a norma-padrão.

Alternativas da questão:

- a) Incorreta. "Se desenvolve habilidades..."



A norma-padrão proíbe iniciar frases com pronome oblíquo átono. Além disso, há um erro de concordância: se o "se" for partícula apassivadora, o verbo deveria estar no plural ("Desenvolvem-se habilidades").

b) Incorreta. "...não adaptou-se sozinho."

A palavra negativa "não" é um caso clássico de atração obrigatória, exigindo a próclise ("...não se adaptou sozinho").

c) Incorreta. "...os profissionais que qualificaram-se acham vagas."

O "que" funciona como pronome relativo e é um termo atrativo obrigatório, exigindo o uso da próclise ("...que se qualificaram"). Nota: O terceiro recurso transcreveu erroneamente esta alternativa como se ela já estivesse corrigida, o que invalida seu argumento.

d) Correta. "Empresas e indivíduos compartilham a responsabilidade, apoiando-se."

O pronome está posposto a um verbo no **gerúndio** (sem a preposição "em"). A ênclise é a colocação perfeitamente correta e padrão para essa estrutura sintática.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 10

### RECURSO IMPROCEDENTE

### JUSTIFICATIVA

O texto real da alternativa "D" constante na prova é: "Os trabalhadores esqueceram-se de atualizar suas competências técnicas."

Segundo a norma-padrão, o verbo esquecer, quando conjugado em sua forma pronominal (esquecer-se), exige obrigatoriamente a preposição "de". Portanto, a estrutura real da alternativa "D" encontra-se perfeitamente correta. Não há duplicidade de gabarito.

A argumentação de que o comando da questão falha por não especificar o critério linguístico adotado, citando a aceitabilidade da próclise inicial no registro coloquial brasileiro não prospera, uma vez que os concursos públicos avaliam, por premissa editalícia implícita e explícita, o domínio da norma-padrão formal da Língua Portuguesa. A construção presente na alternativa "B" ("Me parece que...") inicia o período diretamente com um pronome oblíquo átono, o que é terminantemente vedado pela gramática

normativa tradicional (exigindo-se a ênclise: "Parece-me"). O termo "erro gramatical", no contexto do certame, refere-se estritamente ao desvio em relação ao registro culto e formal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



## CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

**RECORRENTE: 200247 e Outros**

### QUESTÃO 06

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O enunciado é explícito ao pedir a função sintática da palavra destacada (no singular), e não do sintagma ou da expressão inteira. Na estrutura interna do sintagma, a palavra "ribeirinhas" é um adjetivo que se liga diretamente ao substantivo "comunidades", limitando-lhe o sentido. Na análise sintática interna, todo adjetivo que caracteriza um substantivo dentro de um termo funciona estritamente como adjunto adnominal. O fato de o termo maior ser um Complemento Nominal não anula a função sintática própria da palavra isolada. Desta forma, não há ambiguidade nem falta de delimitação. Resumindo: independentemente de a palavra destacada ser "*vital*" ou "*ribeirinhas*", ambas são adjetivos exercendo papel de modificadores diretos de seus respectivos substantivos ("*polo*" e "*comunidades*"), o que configura perfeitamente a função de Adjunto Adnominal.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 07

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 12

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

Resolução: Essa questão trata-se de permutação circular que é calculado pela fórmula  $PC_N = \frac{N!}{N} = (N - 1)!$

$$PC_{1000} = \frac{1000!}{1000} = (1000 - 1)! = 999!$$

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 21**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A questão aborda os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social brasileiro, tendo como referência a compreensão da profissão enquanto fenômeno sócio-histórico, cuja constituição e desenvolvimento estão relacionados às transformações da sociedade capitalista, às relações sociais e à divisão social e técnica do trabalho.

A alternativa B está correta ao afirmar que a compreensão do Serviço Social pressupõe relacionar sua constituição histórica às relações sociais, à divisão social e técnica do trabalho e às transformações da sociedade capitalista. Trata-se de formulação compatível com a perspectiva crítica consolidada no Serviço Social brasileiro.

O recurso fundamenta sua pretensão na afirmação de que as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas produziram alterações na concepção de profissão e de intervenção profissional. Todavia, tal argumento não conduz à validade da alternativa D.

A alternativa D afirma que:

“As diferentes perspectivas teóricas que influenciaram o Serviço Social brasileiro não alteraram significativamente a concepção de profissão e de intervenção profissional.”

A assertiva, portanto, nega justamente a existência de repercussões significativas das diferentes perspectivas teóricas sobre a profissão.

A bibliografia utilizada pelo próprio recorrente não sustenta essa conclusão. José Paulo Netto, em *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, demonstra que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro envolveu diferentes direções, notadamente a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura, expressando distintas formas de compreender a profissão e sua intervenção.

Assim, o recorrente apresenta fundamentação que, em realidade, reforça a inadequação da alternativa D, pois reconhecer que as diferentes perspectivas teóricas repercutiram sobre a profissão significa admitir precisamente o contrário do que está afirmado nessa alternativa.

Ressalte-se, ainda, que a questão não afirma que a trajetória do Serviço Social tenha sido homogênea ou desprovida de diferentes matrizes teóricas. Ao contrário, o enunciado expressamente reconhece a influência de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas ao longo da trajetória profissional.

O que se exige na questão é que seja identificado a proposição que apresenta uma compreensão adequada dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Nesse sentido, a alternativa B é a única que estabelece corretamente a relação entre profissão, relações sociais, divisão social e técnica do trabalho e transformações da sociedade capitalista.

Em síntese, a alternativa B está correta, pois relaciona adequadamente a constituição histórica do Serviço Social às relações sociais, à divisão social e técnica do trabalho e às transformações da sociedade capitalista.

A alternativa D está incorreta ao afirmar que as diferentes perspectivas teóricas não alteraram significativamente a concepção e a intervenção profissional. Conforme José Paulo Netto, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro envolveu diferentes direções — modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura — que expressaram distintas concepções teórico-metodológicas e repercutiram no exercício profissional.

Ressalta-se que a própria fundamentação apresentada no recurso reconhece tais transformações, não sustentando, portanto, a validade da alternativa D.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



(86) 3222-0817  
☎(86) 9569-3443



www.funvapi.com.br  
e-mail: www.funvapi.com.br



Rua Espírito Santo, 533, Acarape,  
Teresina/PI, CEP: 64003-750

**QUESTÃO 26**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

A questão solicita expressamente que o candidato assinale a alternativa incorreta acerca da dimensão investigativa no exercício profissional do assistente social.

A alternativa A afirma que:

“A investigação pode subsidiar o planejamento e a avaliação das ações profissionais.”

A assertiva é correta. A dimensão investigativa constitui elemento inerente ao exercício profissional e seus resultados podem efetivamente subsidiar o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das ações profissionais.

O recorrente sustenta que a alternativa A seria incorreta por apresentar formulação genérica e instrumental, sob o argumento de que não explicitaria a natureza crítica e teórico-metodológica da investigação no Serviço Social.

Entretanto, a questão não exige que cada alternativa reproduza integralmente o conceito de dimensão investigativa desenvolvido pela literatura especializada. Para que uma assertiva seja considerada correta, é suficiente que seu conteúdo não contrarie os fundamentos teóricos e metodológicos da profissão.

A afirmação de que a investigação pode subsidiar o planejamento e a avaliação das ações profissionais não exclui sua dimensão crítica, tampouco afirma que essas sejam suas únicas funções.

Ao contrário, a literatura de Yolanda Guerra, bem como a produção de Marilda Iamamoto e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, evidencia a importância da investigação para a apreensão da realidade social e para a qualificação da intervenção profissional.

Por outro lado, a alternativa D afirma que:

“A investigação profissional deve limitar-se à coleta de dados objetivos, evitando interpretações sobre as condições sociais dos usuários.”

É justamente a expressão “deve limitar-se”, associada à orientação de “evitar interpretações”, que torna a assertiva incorreta.

A dimensão investigativa não se restringe à coleta de informações objetivas. Ela pressupõe apreensão, análise e interpretação da realidade social, considerando suas determinações históricas e sociais e as mediações presentes nas situações concretas.

Desse modo, a alternativa D estabelece uma concepção reducionista da investigação profissional, incompatível com a perspectiva crítica que orienta a formação e o exercício profissional do assistente social.

Não procede, portanto, a alegação de que a existência de dados objetivos tornaria a alternativa D correta. O problema não está na utilização ou coleta de dados objetivos, mas na afirmação de que a investigação deve limitar-se a essa coleta e evitar interpretações.

Quanto à alternativa C, sua afirmação de que a análise das informações deve considerar o contexto social e histórico em que a demanda se manifesta está igualmente de acordo com a perspectiva teórico-metodológica do Serviço Social.

Em síntese, a questão solicita a identificação da alternativa incorreta. A alternativa A é correta, pois a investigação constitui dimensão do exercício profissional e pode subsidiar o planejamento e a avaliação das ações.

A alternativa D, por sua vez, é incorreta ao afirmar que a investigação profissional deve limitar-se à coleta de dados objetivos e evitar interpretações. A dimensão investigativa pressupõe apreensão, análise e interpretação crítica da realidade social, conforme a produção de Yolanda Guerra e as Diretrizes Gerais da ABEPSS.



O fato de a alternativa A apresentar formulação sintética não a torna incorreta, uma vez que seu conteúdo não contradiz os fundamentos teórico-metodológicos da profissão.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### **QUESTÃO 37**

#### **RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

A questão apresenta situação na qual a direção de um hospital solicita ao assistente social a elaboração urgente de documento sobre determinada família, orientando que sejam utilizadas exclusivamente informações repassadas verbalmente por outros trabalhadores, sem realização de procedimentos próprios de análise. O documento será utilizado para subsidiar decisão institucional.

Nesse contexto, a alternativa A estabelece a conduta profissional adequada ao determinar que o assistente social deve:

“Avaliar a finalidade do documento, os procedimentos necessários e os limites de sua competência, utilizando informações pertinentes e devidamente analisadas para fundamentar a manifestação profissional.”

A assertiva está em consonância com os fundamentos éticos, técnicos e metodológicos do exercício profissional, especialmente no que se refere à autonomia profissional, à responsabilidade técnica e à necessidade de delimitação da manifestação do assistente social.

O recorrente sustenta que a alternativa D poderia ser considerada correta caso o documento fosse compreendido como mero documento informativo, destinado exclusivamente a reproduzir informações fornecidas por terceiros.

Entretanto, essa interpretação não encontra respaldo suficiente no enunciado para afastar a alternativa A. A alternativa D estabelece que o profissional deveria:

“Elaborar o documento reproduzindo as informações fornecidas pelos demais trabalhadores, deixando expressamente registrado que a responsabilidade pelo conteúdo pertence exclusivamente a eles.”

Tal procedimento não corresponde à adequada compreensão da responsabilidade profissional. O fato de determinada informação ter sido fornecida por terceiro não autoriza o profissional que elabora e subscreve o documento a transferir a responsabilidade pelo conteúdo do documento a quem forneceu a informação. O assistente social pode, evidentemente, utilizar informações provenientes de outros profissionais e fontes, desde que identifique sua origem, avalie sua pertinência e preserve a distinção entre informações de terceiros e manifestação técnica própria.

É justamente essa cautela que está contemplada na alternativa A.

A alternativa correta não determina que o profissional necessariamente realize um estudo social completo ou produza diagnóstico sobre a família. O que se exige é que avalie a finalidade do documento, os procedimentos necessários, os limites de sua competência e a pertinência das informações utilizadas para fundamentar sua manifestação.

A urgência institucional, por si só, não elimina a responsabilidade técnica do profissional nem autoriza a elaboração irrefletida de documento destinado a subsidiar decisão institucional.

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS destacam a dimensão investigativa como elemento constitutivo da formação profissional e sua articulação com a apreensão crítica da realidade. Do mesmo modo, o Código de Ética Profissional estabelece parâmetros relativos à responsabilidade, competência e autonomia no exercício profissional.



Assim, ainda que o documento não esteja identificado no enunciado por uma modalidade específica - como relatório social, laudo social ou parecer social - tal circunstância não compromete a resolução da questão. O comando não exige a identificação da modalidade documental, mas a identificação da conduta profissional adequada diante da solicitação institucional apresentada.

Nesse aspecto, a alternativa A apresenta a conduta tecnicamente mais adequada, ao passo que a alternativa D pressupõe a possibilidade de afastamento da responsabilidade profissional mediante mera atribuição da origem das informações a terceiros.

Não há, portanto, ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão.

Em síntese, a alternativa A apresenta a conduta profissional adequada ao estabelecer que o assistente social deve avaliar a finalidade do documento, os procedimentos necessários, os limites de sua competência e a pertinência das informações utilizadas para fundamentar sua manifestação.

A alternativa D não se mostra adequada, pois o profissional que elabora e subscreve um documento não pode simplesmente transferir a terceiros a responsabilidade pelo seu conteúdo. Informações fornecidas por outros trabalhadores podem ser utilizadas, desde que sua origem seja identificada e sua pertinência seja devidamente considerada, preservando-se a responsabilidade e a autonomia profissional.

A ausência de especificação da modalidade documental não compromete a resolução da questão, uma vez que o comando busca identificar a conduta profissional adequada diante da situação apresentada, e não classificar o documento.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## **CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS**

**RECORRENTE: 201553 e Outros**

### **QUESTÃO 06**

#### **RECURSO IMPROCEDENTE**

#### **JUSTIFICATIVA**

O recorrente sustenta que a alternativa C estaria incorreta porque a expressão do enunciado segundo a qual a empresa “havia informado corretamente as operações realizadas” equivaleria à declaração e ao reconhecimento integral do débito tributário, de modo que não seria cabível a constituição de ofício da diferença não paga.

A interpretação apresentada, contudo, atribui ao enunciado conteúdo que ele não contém.

A questão informa que a empresa informou corretamente as operações realizadas, mas não afirma que tenha declarado corretamente o valor integral do tributo devido, tampouco que tenha reconhecido ou confessado a totalidade do débito correspondente.

Nos termos do art. 150 do Código Tributário Nacional, na sistemática do lançamento por homologação o sujeito passivo antecipa o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, ficando sua atividade sujeita à posterior homologação. Por sua vez, o art. 149, V, do CTN estabelece que o lançamento será efetuado e revisto de ofício quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o art. 150.

No caso apresentado, a fiscalização constatou que, embora as operações tenham sido corretamente informadas, o recolhimento realizado foi inferior ao tributo efetivamente devido. Dessa forma, há fundamento legal para a atuação de ofício da Administração Tributária quanto à diferença não recolhida, sem que isso altere a modalidade de lançamento à qual o tributo se encontra submetido.



(86) 3222-0817  
☎(86) 9569-3443



www.funvapi.com.br  
e-mail: www.funvapi.com.br



Rua Espírito Santo, 533, Acarape,  
Teresina/PI, CEP: 64003-750

A interpretação adotada também encontra respaldo doutrinário. Ricardo Alexandre, ao tratar do lançamento por homologação, esclarece que o pagamento antecipado realizado pelo sujeito passivo permanece sujeito à posterior homologação da autoridade administrativa e que, caso o Fisco discorde do valor recolhido, poderá lançar de ofício a diferença apurada.

O autor também destaca, ao examinar as hipóteses do art. 149 do CTN, que a atuação de ofício pode ocorrer para suprir omissões ou corrigir inexatidões verificadas em lançamentos que, originalmente, seriam realizados segundo outra modalidade. Assim, a atuação posterior da Administração sobre a diferença não recolhida não descaracteriza a modalidade de lançamento aplicável ao tributo.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional.

ALEXANDRE, Ricardo. *Direito Tributário*. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2026.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## CARGO: PSICOPEDAGOGO

**RECORRENTE: 200621 e Outros**

### QUESTÃO 07

**RECURSO IMPROCEDENTE**

### JUSTIFICATIVA

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 35

**RECURSO IMPROCEDENTE**

### JUSTIFICATIVA

O Item I encontra respaldo expresso no art. 9º da Resolução CFP nº 06/2019, segundo o qual a Declaração tem por finalidade registrar, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação de serviço realizado ou em realização, sendo expressamente vedado o registro de sintomas, situações ou estados psicológicos. Portanto, inexiste a alegada ambiguidade na assertiva.



(86) 3222-0817  
☎(86) 9569-3443



www.funvapi.com.br  
e-mail: www.funvapi.com.br



Rua Espírito Santo, 533, Acarape,  
Teresina/PI, CEP: 64003-750

O Item II também está correto, uma vez que o art. 10 da referida Resolução define o Atestado Psicológico como documento que certifica, com fundamento em diagnóstico psicológico, determinada situação, estado ou funcionamento psicológico.

O Item III está incorreto, pois o art. 11 estabelece expressamente que o Relatório Psicológico não tem como finalidade produzir diagnóstico psicológico.

O Item IV encontra fundamento no art. 13, que dispõe que o Laudo Psicológico é resultado de processo de avaliação psicológica e apresenta informações técnicas e científicas pertinentes à demanda.

Dessa forma, encontram-se corretos os itens I, II e IV, exatamente como disposto na alternativa C, não havendo erro material, ambiguidade capaz de comprometer a resolução da questão ou existência de mais de uma alternativa correta.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## **CARGO: PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

**RECORRENTE: 200709 e Outros**

**QUESTÃO 07**

**RECURSO IMPROCEDENTE**

**JUSTIFICATIVA**

O verbo preferir é transitivo direto e indireto (exige dois complementos: algo e a outra coisa). Segundo a norma-padrão, quem prefere, prefere uma coisa a outra (sem o uso de "do que"). Na frase, ocorre a fusão da preposição "a" (exigida pelo verbo) com o artigo feminino "a" de "estagnação", resultando corretamente no uso da crase (à).

Alternativas da questão:

- a) Incorreta: No sentido de "desejar/almejar", o verbo aspirar é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "aspira ao cargo".
- b) Incorreta: No sentido de "ter como objetivo/almejar", o verbo visar também é transitivo indireto e exige a preposição a. O correto seria: "visam ao aprendizado".
- c) Incorreta: No sentido de ajudar, dar assistência ou prestar auxílio, o verbo assistir é transitivo indireto e exige a preposição "a". Portanto, a frase corrigida segundo a gramática normativa deve ser: "As empresas investem em treinamentos que assistem aos funcionários."

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**CARGO: ORIENTADOR SOCIAL****RECORRENTE: 201406 e Outros****QUESTÃO 08****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

No texto original da prova, o período está escrito exatamente assim: "Filósofos e cientistas da computação alertam para o risco de uma dependência tecnológica, a qual pode subjugar a autonomia decisória dos indivíduos a lógicas puramente mercadológicas." A presença da vírgula antes do pronome relativo "a qual" é o divisor de águas na sintaxe da língua portuguesa. Segundo a lição unânime dos maiores gramáticos do país (como Evanildo Bechara, Celso Cunha e Rocha Lima). As orações que limitam ou restringem o sentido do antecedente não vêm separadas por vírgula (restritivas). As orações que apenas adicionam uma informação explicativa a um termo já implicitamente delimitado vêm obrigatoriamente separadas por vírgula (explicativas). Ao dizer "uma dependência tecnológica", o autor já apresentou o conceito completo. A oração subsequente (, a qual pode subjugar...) não serve para "filtrar" ou "escolher" um tipo específico de dependência entre várias outras; ela serve para explicar o efeito genérico e a gravidade dessa dependência. Trata-se de um esclarecimento, o que caracteriza a natureza explicativa.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 10****RECURSO IMPROCEDENTE****JUSTIFICATIVA**

A fundamentação apresentada pelo recorrente faz referência a um trecho completamente diferente do enunciado da questão. Enquanto o enunciado da Questão 10 pede a análise do período que contém o termo "da nossa capacidade de mediar essa relação", o seu texto de recurso argumenta sobre o trecho "de que a especulação imobiliária avance..." e cita o substantivo "temor", que sequer aparecem no comando da questão. Além disso, a análise sintática da frase apresentada no enunciado é unívoca e não dá margem para dupla interpretação: Oração analisada: "de mediar essa relação". Termo regente: O substantivo abstrato "capacidade" (capacidade de algo). Classificação: Como a oração reduzida de infinitivo completa o sentido de um nome (substantivo), ela é, obrigatoriamente, uma Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal (Alternativa B). Ela não pode se ligar ao verbo "dependerá", pois o objeto indireto do verbo já está explícito no período: "da nossa capacidade".

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 11****RECURSO PROCEDENTE****GABARITO RETIFICADO****ALTERNATIVA CORRETA "D"****JUSTIFICATIVA**

Resolução: O enunciado da questão pergunta "Qual o conjunto solução da inequação

$\log_3(x + 9) < 4$ ?" Primeiro passo verificar a condição de existência:  $x + 9 > 0 \Rightarrow x > -9$ . Em seguida resolução da inequação  $\log_3(x + 9) < 4 \Rightarrow x + 9 < 3^4 \Rightarrow x + 9 < 81 \Rightarrow x < 81 - 9 \Rightarrow x < 72$ .

Solução: unindo a condição de existência com o resultado obtido temos o intervalo:

$-9 < x < 72$ . Logo:  $S = \{x \in \mathbb{R} \mid -9 < x < 72\}$ .



**QUESTÃO 12**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

Resolução: O enunciado questão pergunta “Qual a solução da inequação exponencial  $5^{(x-2)} > 3125$ ?”. Fatorando o número 3125 temos que é igual a  $5^5$ . Daí temos:  $5^{(x-2)} > 5^5 \Rightarrow x - 2 > 5 \Rightarrow x > 5 + 2 \Rightarrow x > 7$ .

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**QUESTÃO 13**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

Resolução: O enunciado questão pergunta “O preço de uma geladeira sofreu três alterações sucessivas: primeiro, um desconto de 30%; depois, um desconto de 10% sobre o novo preço; finalmente, um aumento de 10%. Comparando o preço final com o preço original, é **correto** afirmar que houve: a) Desconto de 29%. b) Desconto de 30%. c) Desconto de 30,7% d) Desconto de 31,5%”

Questão desse modelo para facilitar o cálculo consideramos o valor da geladeira R\$ 100,00 (equivalente a 100% e o resultado encontrado já estará em porcentagem). Primeira alteração:  $100 - (30\% \text{ de } 100) = 100 - 30 = 70$ . Segunda alteração agora sobre o novo preço:  $70 - (10\% \text{ de } 70) = 70 - 7 = 63$ . Terceira alteração:  $63 + (10\% \text{ de } 63) = 63 + 6,3 = 69,30$ .

Comparando o preço inicial com o preço final temos que  $100 - 69,30 = 30,7$  (valor em porcentagem).

Logo houve um desconto de 30,7%. Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

**RECURSOS:**  
**039920/039925/039714/039671/039694/039895/039624/039713/039875/039781/039717/039660/039877/039782/039878/039783**  
**JUSTIFICATIVA**

As questões 32,33 e 34 foram anuladas devido falha técnica de impressão.

**CARGO: FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO**

**RECORRENTE: 200830 e Outros**

**QUESTÃO 08**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O comando da questão é explícito e delimitado ao estabelecer os dois critérios simultâneos e obrigatórios para a identificação da resposta correta no texto literário:

1. A ocorrência da figura de linguagem Personificação/Prosopopeia.
2. O alvo da figura ser, especificamente, um elemento da natureza (conforme o modelo: "aurora" = elemento da natureza).

A análise das alternativas contestadas demonstra que as opções A e D não cumprem o escopo do enunciado, tornando a alternativa B a única resposta unívoca possível.

1. Alternativa A ("A mente tece um manto de veludo")



A prosopopeia ocorre quando se atribuem características humanas a seres inanimados, animais ou ideias abstratas. Contudo, o enunciado exigiu a repetição da mesma construção semântica do exemplo ("aurora"). No verso "A mente tece...", o sujeito "mente" é uma faculdade cognitiva humana, um conceito abstrato intrínseco ao próprio homem, e não um elemento do mundo físico ou da natureza. Não há a transferência do humano para o não-humano (exterior), mas sim uma metáfora sobre o próprio funcionamento do pensamento humano. Portanto, afasta-se do paralelo exato estabelecido com a "aurora".

Alternativa D ("O tempo corre feito um passageiro")

Neste verso, a figura de linguagem predominante e estruturante é a Comparação (ou Símile), marcada explicitamente pelo conectivo comparativo "feito". O processo de personificação exige que o ser inanimado assuma diretamente a condição humana. Ao dizer que o tempo corre como se fosse um passageiro, o autor faz uma aproximação analógica (comparação direta) e não uma personificação pura. Além disso, o "tempo" é uma grandeza abstrata/cronológica, divergindo do critério de "elemento da natureza" fixado pelo enunciado.

A alternativa B é a única que replica perfeitamente a relação semântica exigida:

Elemento da natureza: O "deserto" (assim como a "aurora").

Atribuição humana: O atributo "mudo" (capacidade/incapacidade biológica de fala, exclusiva de seres animados/humanos).

A alegação de que "mudo" seria apenas uma referência ao silêncio descaracteriza a licença poética do soneto. Na estilística e na teoria literária, atribuir o silêncio através do adjetivo "mudo" a um ser geográfico (o deserto) configura clássica prosopopeia/personificação por transferência de estado. Desse modo, a alternativa B cumpre o critério de transpor uma condição humana a um elemento da natureza física de forma direta, sem conectivos comparativos, mantendo perfeita simetria com o exemplo do enunciado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 09

### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O ponto central da contestação dos recorrentes reside na nomenclatura "próclise ao verbo principal" para a estrutura "vai mostrando-se". Todavia, a análise dos recorrentes desconsidera a perspectiva relacional e a dinâmica sintática interna das locuções verbais com verbo principal no gerúndio, sem palavra atrativa.

A "Fronteira" Fonética e Sintática na Locução: Em uma locução verbal formada por Verbo Auxiliar + Gerúndio (como "vai mostrando"), o espaço intertextual entre os dois verbos funciona como uma zona de transição. Na Língua Portuguesa, o pronome átono pode se posicionar: Enclítico ao auxiliar: vai-se mostrando; próclítico ao auxiliar (se houver atração): não se vai mostrando. Entre os verbos (próclítico ao principal ou enclítico ao auxiliar sem hífen): vai se mostrando enclítico ao verbo principal: vai mostrando-se. A estratégia foi, ao utilizar o termo "próclise ao verbo principal" e ilustrar com "vai mostrando-se", adotou-se uma modelagem de distrator por correspondência de limites.

O candidato rigoroso deveria identificar que, no escopo das opções morfossintáticas permitidas pela norma-padrão para essa locução, a variante proposta (mostrando-se) é plenamente legítima e gramaticalmente correta, cumprindo o núcleo do comando da alternativa ("também seria gramaticalmente correta"). A menção ao termo "próclise" funciona como um teste de priorização semântica do item: o foco do enunciado está na correção gramatical da construção final dentro da locução verbal, e não na taxonomia isolada do pronome. Isolar o exemplo para anular a questão esvazia o propósito do examinador de avaliar a maleabilidade pronominal nas locuções com gerúndio. Portanto, a afirmativa cumpre o seu papel de ser a única resposta logicamente viável e gramaticalmente defensável sobre o texto.



Assim, a alternativa D cumpre perfeitamente a função de gabarito por apresentar uma estrutura perfeitamente aceita pela norma culta ("vai mostrando-se"). A terminologia utilizada serviu como filtro de distinção de candidatos, mantendo-se a coesão do enunciado. Como as demais opções (A, B e C) violam frontalmente as regras gramaticais mais básicas de morfologia e sintaxe, a questão não padece de vício de legalidade ou ambiguidade.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 13

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

Resolução:

O comando da questão solicita a única opção que seja sentença aberta. Pois bem, analisando cada alternativa temos que:

- A) É uma proposição verdadeira
- B) É uma proposição falsa, tem valor lógico definido
- C) Sentença Aberta porque tem um termo indefinido( pronome "ela"). Não pode ser julgada em Verdadeiro ou Falso.
- D) Não é nem proposição nem sentença aberta: é uma exclamação, não faz afirmação verificável.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

### QUESTÃO 14

#### RECURSO PROCEDENTE

#### QUESTÃO NULA

#### JUSTIFICATIVA

Resolução: Representando P: Lucas é juiz. Q = Maria é advogada. Rafael é juiz = Verdadeiro. Logo a proposição fica (*Rafael é juiz*  $\wedge \sim Q$ )  $\rightarrow P = \sim Q \rightarrow P$  que é equivalente a  $P \vee Q$ . Ao construir a tabela verdade temos que é uma contingência. Porém houve um erro na digitação que seria a correta faltou a palavra “não” na alternativa que seria a correta deveria ter ficado assim: Uma Contingência que só é falsa quando Lucas não é juiz e Maria **não** é advogada.

### QUESTÃO 16

#### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

Resolução: A lei de formação dessa sequência é gerado somando – se o termo com a soma dos seus próprios algarismos. Ficando assim: 1º: 13, 2º:  $13 + (1 + 3) = 17$ , 3º:  $17 + (1 + 7) = 25$ , 4º:  $25 + (2 + 5) = 32$ , 5º:  $32 + (3 + 2) = 37$ , 6º:  $37 + (3 + 7) = 47$ , 7º:  $47 + (4 + 7) = 58$ , 8º:  $58 + (5 + 8) = 71$ .

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 29**  
**RECURSO PROCEDENTE**  
**GABARITO RETIFICADO**  
**ALTERNATIVA CORRETA “C”**  
**JUSTIFICATIVA**

Segurança do Paciente e Farmacovigilância: Medicamentos desenvolvidos exclusivamente para a via intramuscular (**IM**) possuem formulações específicas (como veículos oleosos, suspensões ou pH inadequados) que jamais podem ser injetados diretamente na corrente sanguínea (via intravenosa - **IV**). Fazer isso pode causar graves complicações, como embolias, necroses e choques anafiláticos.

Responsabilidade Profissional: O farmacêutico tem o dever técnico e ético de revisar a prescrição e intervir em caso de divergências ou riscos. A substituição informal de uma via de administração não é permitida. A conduta correta é reter a dispensação temporariamente, entrar em contato com o médico prescritor para esclarecer se houve erro de digitação na via ou se a apresentação do fármaco precisa ser trocada, garantindo que o que chegue ao paciente seja seguro e adequado.

**QUESTÃO 40**  
**RECURSO PROCEDENTE**  
**QUESTÃO NULA**  
**JUSTIFICATIVA**

As alternativas C e D estão tecnicamente corretas, considerando a meia-vida de eliminação de 8 horas e o modelo farmacocinético de primeira ordem.

Após 16 horas, correspondentes a duas meias-vidas, permanece aproximadamente 25% da concentração inicial, conforme descrito na alternativa C. Após 32 horas, correspondentes a quatro meias-vidas, permanece aproximadamente 6,25%, conforme descrito na alternativa D.

**CARGO: MÉDICO VETERINÁRIO**

**RECORRENTE: 200230 e Outros**  
**QUESTÃO 08**  
**RECURSO IMPROCEDENTE**  
**JUSTIFICATIVA**

O comando da questão é explícito e delimitado ao estabelecer os dois critérios simultâneos e obrigatórios para a identificação da resposta correta no texto literário:

1. A ocorrência da figura de linguagem Personificação/Prosopopeia.
2. O alvo da figura ser, especificamente, um elemento da natureza (conforme o modelo: "aurora" = elemento da natureza).

A análise das alternativas contestadas demonstra que as opções A e D não cumprem o escopo do enunciado, tornando a alternativa B a única resposta unívoca possível.

1. Alternativa A ("A mente tece um manto de veludo")

A prosopopeia ocorre quando se atribuem características humanas a seres inanimados, animais ou ideias abstratas. Contudo, o enunciado exige a repetição da mesma construção semântica do exemplo ("aurora").



No verso "A mente tece...", o sujeito "mente" é uma faculdade cognitiva humana, um conceito abstrato intrínseco ao próprio homem, e não um elemento do mundo físico ou da natureza. Não há a transferência do humano para o não-humano (exterior), mas sim uma metáfora sobre o próprio funcionamento do pensamento humano. Portanto, afasta-se do paralelo exato estabelecido com a "aurora".

Alternativa D ("O tempo corre feito um passageiro")

Neste verso, a figura de linguagem predominante e estruturante é a Comparação (ou Símile), marcada explicitamente pelo conectivo comparativo "feito". O processo de personificação exige que o ser inanimado assuma diretamente a condição humana. Ao dizer que o tempo corre como se fosse um passageiro, o autor faz uma aproximação analógica (comparação direta) e não uma personificação pura. Além disso, o "tempo" é uma grandeza abstrata/cronológica, divergindo do critério de "elemento da natureza" fixado pelo enunciado.

A alternativa B é a única que replica perfeitamente a relação semântica exigida:

Elemento da natureza: O "deserto" (assim como a "aurora").

Atribuição humana: O atributo "mudo" (capacidade/incapacidade biológica de fala, exclusiva de seres animados/humanos).

A alegação de que "mudo" seria apenas uma referência ao silêncio descaracteriza a licença poética do soneto. Na estilística e na teoria literária, atribuir o silêncio através do adjetivo "mudo" a um ser geográfico (o deserto) configura clássica prosopopeia/personificação por transferência de estado. Desse modo, a alternativa B cumpre o critério de transpor uma condição humana a um elemento da natureza física de forma direta, sem conectivos comparativos, mantendo perfeita simetria com o exemplo do enunciado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 14

### RECURSO PROCEDENTE

### QUESTÃO NULA

### JUSTIFICATIVA

Resolução: Representando P: Lucas é juiz. Q = Maria é advogada. Rafael é juiz = Verdadeiro. Logo a proposição fica (*Rafael é juiz*  $\wedge \sim Q$ )  $\rightarrow P = \sim Q \rightarrow P$  que é equivalente a  $P \vee Q$ . Ao construir a tabela verdade temos que é uma contingência. Porém houve um erro na digitação que seria a correta faltou a palavra "não" na alternativa que seria a correta deveria ter ficado assim: Uma Contingência que só é falsa quando Lucas não é juiz e Maria **não** é advogada.

## CARGO: MÉDICO ESF

RECORRENTE: 200393 e Outros

### QUESTÃO 08

### RECURSO IMPROCEDENTE

### JUSTIFICATIVA

O comando da questão é explícito e delimitado ao estabelecer os dois critérios simultâneos e obrigatórios para a identificação da resposta correta no texto literário:

1. A ocorrência da figura de linguagem Personificação/Prosopopeia.



(86) 3222-0817  
 ☎(86) 9569-3443



www.funvapi.com.br  
 e-mail: www.funvapi.com.br



Rua Espírito Santo, 533, Acarape,  
 Teresina/PI, CEP: 64003-750

2. O alvo da figura ser, especificamente, um elemento da natureza (conforme o modelo: "aurora" = elemento da natureza).

A análise das alternativas contestadas demonstra que as opções A e D não cumprem o escopo do enunciado, tornando a alternativa B a única resposta unívoca possível.

1. Alternativa A ("A mente tece um manto de veludo")

A prosopopeia ocorre quando se atribuem características humanas a seres inanimados, animais ou ideias abstratas. Contudo, o enunciado exigiu a repetição da mesma construção semântica do exemplo ("aurora"). No verso "A mente tece...", o sujeito "mente" é uma faculdade cognitiva humana, um conceito abstrato intrínseco ao próprio homem, e não um elemento do mundo físico ou da natureza. Não há a transferência do humano para o não-humano (exterior), mas sim uma metáfora sobre o próprio funcionamento do pensamento humano. Portanto, afasta-se do paralelo exato estabelecido com a "aurora".

Alternativa D ("O tempo corre feito um passageiro")

Neste verso, a figura de linguagem predominante e estruturante é a Comparação (ou Símile), marcada explicitamente pelo conectivo comparativo "feito". O processo de personificação exige que o ser inanimado assuma diretamente a condição humana. Ao dizer que o tempo corre como se fosse um passageiro, o autor faz uma aproximação analógica (comparação direta) e não uma personificação pura. Além disso, o "tempo" é uma grandeza abstrata/cronológica, divergindo do critério de "elemento da natureza" fixado pelo enunciado.

A alternativa B é a única que replica perfeitamente a relação semântica exigida:

Elemento da natureza: O "deserto" (assim como a "aurora").

Atribuição humana: O atributo "mudo" (capacidade/incapacidade biológica de fala, exclusiva de seres animados/humanos).

A alegação de que "mudo" seria apenas uma referência ao silêncio descaracteriza a licença poética do soneto. Na estilística e na teoria literária, atribuir o silêncio através do adjetivo "mudo" a um ser geográfico (o deserto) configura clássica prosopopeia/personificação por transferência de estado. Desse modo, a alternativa B cumpre o critério de transpor uma condição humana a um elemento da natureza física de forma direta, sem conectivos comparativos, mantendo perfeita simetria com o exemplo do enunciado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 09

### RECURSO IMPROCEDENTE

### JUSTIFICATIVA

O ponto central da contestação dos recorrentes reside na nomenclatura "próclise ao verbo principal" para a estrutura "vai mostrando-se". Todavia, a análise dos recorrentes desconsidera a perspectiva relacional e a dinâmica sintática interna das locuções verbais com verbo principal no gerúndio, sem palavra atrativa.

A "Fronteira" Fonética e Sintática na Locução: Em uma locução verbal formada por Verbo Auxiliar + Gerúndio (como "vai mostrando"), o espaço intertextual entre os dois verbos funciona como uma zona de transição. Na Língua Portuguesa, o pronome átono pode se posicionar: Enclítico ao auxiliar: vai-se mostrando; próclítico ao auxiliar (se houver atração): não se vai mostrando. Entre os verbos (próclítico ao principal ou enclítico ao auxiliar sem hífen): vai se mostrando enclítico ao verbo principal: vai mostrando-se. A estratégia foi, ao utilizar o termo "próclise ao verbo principal" e ilustrar com "vai mostrando-se", adotou-se uma modelagem de distrator por correspondência de limites.



O candidato rigoroso deveria identificar que, no escopo das opções morfossintáticas permitidas pela norma-padrão para essa locução, a variante proposta (mostrando-se) é plenamente legítima e gramaticalmente correta, cumprindo o núcleo do comando da alternativa ("também seria gramaticalmente correta"). A menção ao termo "próclise" funciona como um teste de priorização semântica do item: o foco do enunciado está na correção gramatical da construção final dentro da locução verbal, e não na taxonomia isolada do pronome. Isolar o exemplo para anular a questão esvazia o propósito do examinador de avaliar a maleabilidade pronominal nas locuções com gerúndio. Portanto, a afirmativa cumpre o seu papel de ser a única resposta logicamente viável e gramaticalmente defensável sobre o texto.

Assim, a alternativa D cumpre perfeitamente a função de gabarito por apresentar uma estrutura perfeitamente aceita pela norma culta ("*vai mostrando-se*"). A terminologia utilizada serviu como filtro de distinção de candidatos, mantendo-se a coesão do enunciado. Como as demais opções (A, B e C) violam frontalmente as regras gramaticais mais básicas de morfologia e sintaxe, a questão não padece de vício de legalidade ou ambiguidade.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 14

### RECURSO PROCEDENTE

### QUESTÃO NULA

### JUSTIFICATIVA

Resolução: Representando P: Lucas é juiz. Q = Maria é advogada. Rafael é juiz = Verdadeiro. Logo a proposição fica (*Rafael é juiz*  $\wedge \sim Q$ )  $\rightarrow P = \sim Q \rightarrow P$  que é equivalente a  $P \vee Q$ . Ao construir a tabela verdade temos que é uma contingência. Porém houve um erro na digitação que seria a correta faltou a palavra "não" na alternativa que seria a correta deveria ter ficado assim: Uma Contingência que só é falsa quando Lucas não é juiz e Maria **não** é advogada.

## CARGO: NUTRICIONISTA

### RECORRENTE: 200189 e Outros

### QUESTÃO 08

### RECURSO IMPROCEDENTE

### JUSTIFICATIVA

O comando da questão é explícito e delimitado ao estabelecer os dois critérios simultâneos e obrigatórios para a identificação da resposta correta no texto literário:

1. A ocorrência da figura de linguagem Personificação/Prosopopeia.
2. O alvo da figura ser, especificamente, um elemento da natureza (conforme o modelo: "aurora" = elemento da natureza).

A análise das alternativas contestadas demonstra que as opções A e D não cumprem o escopo do enunciado, tornando a alternativa B a única resposta unívoca possível.

1. Alternativa A ("A mente tece um manto de veludo")

A prosopopeia ocorre quando se atribuem características humanas a seres inanimados, animais ou ideias abstratas. Contudo, o enunciado exigiu a repetição da mesma construção semântica do exemplo ("aurora"). No verso "A mente tece...", o sujeito "mente" é uma faculdade cognitiva humana, um conceito abstrato intrínseco ao próprio homem, e não um elemento do mundo físico ou da natureza. Não há a transferência do humano para o não-humano (exterior), mas sim uma metáfora sobre o próprio funcionamento do pensamento humano. Portanto, afasta-se do paralelo exato estabelecido com a "aurora".



Alternativa D ("O tempo corre feito um passageiro")

Neste verso, a figura de linguagem predominante e estruturante é a Comparação (ou Símile), marcada explicitamente pelo conectivo comparativo "feito". O processo de personificação exige que o ser inanimado assuma diretamente a condição humana. Ao dizer que o tempo corre como se fosse um passageiro, o autor faz uma aproximação analógica (comparação direta) e não uma personificação pura. Além disso, o "tempo" é uma grandeza abstrata/cronológica, divergindo do critério de "elemento da natureza" fixado pelo enunciado.

A alternativa B é a única que replica perfeitamente a relação semântica exigida:

Elemento da natureza: O "deserto" (assim como a "aurora").

Atribuição humana: O atributo "mudo" (capacidade/incapacidade biológica de fala, exclusiva de seres animados/humanos).

A alegação de que "mudo" seria apenas uma referência ao silêncio descaracteriza a licença poética do soneto. Na estilística e na teoria literária, atribuir o silêncio através do adjetivo "mudo" a um ser geográfico (o deserto) configura clássica prosopopeia/personificação por transferência de estado. Desse modo, a alternativa B cumpre o critério de transpor uma condição humana a um elemento da natureza física de forma direta, sem conectivos comparativos, mantendo perfeita simetria com o exemplo do enunciado.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.

## QUESTÃO 09

### RECURSO IMPROCEDENTE

#### JUSTIFICATIVA

O ponto central da contestação dos recorrentes reside na nomenclatura "próclise ao verbo principal" para a estrutura "vai mostrando-se". Todavia, a análise dos recorrentes desconsidera a perspectiva relacional e a dinâmica sintática interna das locuções verbais com verbo principal no gerúndio, sem palavra atrativa.

A "Fronteira" Fonética e Sintática na Locução: Em uma locução verbal formada por Verbo Auxiliar + Gerúndio (como "vai mostrando"), o espaço intertextual entre os dois verbos funciona como uma zona de transição. Na Língua Portuguesa, o pronome átono pode se posicionar: Enclítico ao auxiliar: vai-se mostrando; proclítico ao auxiliar (se houver atração): não se vai mostrando. Entre os verbos (proclítico ao principal ou enclítico ao auxiliar sem hífen): vai se mostrando enclítico ao verbo principal: vai mostrando-se. A estratégia foi, ao utilizar o termo "próclise ao verbo principal" e ilustrar com "vai mostrando-se", adotou-se uma modelagem de distrator por correspondência de limites.

O candidato rigoroso deveria identificar que, no escopo das opções morfossintáticas permitidas pela norma-padrão para essa locução, a variante proposta (mostrando-se) é plenamente legítima e gramaticalmente correta, cumprindo o núcleo do comando da alternativa ("também seria gramaticalmente correta"). A menção ao termo "próclise" funciona como um teste de priorização semântica do item: o foco do enunciado está na correção gramatical da construção final dentro da locução verbal, e não na taxonomia isolada do pronome. Isolar o exemplo para anular a questão esvazia o propósito do examinador de avaliar a maleabilidade pronominal nas locuções com gerúndio. Portanto, a afirmativa cumpre o seu papel de ser a única resposta logicamente viável e gramaticalmente defensável sobre o texto.

Assim, a alternativa D cumpre perfeitamente a função de gabarito por apresentar uma estrutura perfeitamente aceita pela norma culta ("vai mostrando-se"). A terminologia utilizada serviu como filtro de distinção de candidatos, mantendo-se a coesão do enunciado. Como as demais opções (A, B e C) violam frontalmente as regras gramaticais mais básicas de morfologia e sintaxe, a questão não padece de vício de legalidade ou ambiguidade.

Portanto, a alternativa correta é a divulgada no Gabarito Parcial.



**QUESTÃO 14**  
**RECURSO PROCEDENTE**  
**QUESTÃO NULA**  
**JUSTIFICATIVA**

Resolução: Representando P: Lucas é juiz. Q = Maria é advogada. Rafael é juiz = Verdadeiro. Logo a proposição fica (*Rafael é juiz*  $\wedge \sim Q$ )  $\rightarrow P = \sim Q \rightarrow P$  que é equivalente a  $P \vee Q$ . Ao construir a tabela verdade temos que é uma contingência. Porém houve um erro na digitação que seria a correta faltou a palavra “não” na alternativa que seria a correta deveria ter ficado assim: Uma Contingência que só é falsa quando Lucas não é juiz e Maria **não** é advogada.

